



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública

**Florianópolis
2024**



1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Curso

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública

1.2 Categoria

Especialização

1.3 Modalidade

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Administração Pública (360 hs) será oferecido na modalidade presencial com até 80% (oitenta por cento) de carga horária a distância. As aulas serão realizadas de maneira presencial e on-line por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Virtual da ENA – AVA ENAVirtual. A carga horária das disciplinas é distribuída entre aulas presenciais, aulas on-line, atividades on-line, atividades de leitura, pesquisa e outras tarefas acadêmicas complementares. Estas últimas serão definidas pelos professores de cada disciplina e seminário, conforme as necessidades específicas do conteúdo abordado. A avaliação final em cada disciplina será baseada em uma combinação de exames, provas, elaboração e apresentação de artigos e seminários acadêmicos, a critério do professor responsável. É importante destacar que as disciplinas e seminários deste curso têm um forte enfoque teórico, o que se reflete tanto na metodologia de ensino quanto nos critérios de avaliação adotados.

1.4 Local de Realização

Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, CEP 88035-001, Florianópolis, Santa Catarina.

A ENA possui Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a Udesc que prevê utilização de espaços físicos entre as instituições.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Fundação ENA realiza cursos e programas de capacitação e formação continuada,



voltados aos servidores públicos das três esferas de poder: Estadual, Municipal e Federal, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

Os cursos têm como objetivo desenvolver nos servidores públicos uma visão ampla e integrada da administração pública, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade. Neste sentido, a Fundação ENA promove a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre a gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio de alunos com instituições nacionais e internacionais públicas e privadas.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública surge a partir da identificação de uma demanda reprimida por capacitação de servidores públicos estaduais de Santa Catarina em ferramentas, métodos e técnicas de gestão da área meio pública, organizacional e estratégica.

O Curso tem como principal objetivo desenvolver conhecimentos e habilidades de planejamento, organização, direção e controle da Administração Pública, por meio do aperfeiçoamento teórico-prático de servidores públicos para instrumentalizá-los a fazer uma gestão pública eficiente e eficaz, potencializando seu impacto social.

2.1 Justificativa

Os novos desafios que se apresentam à Administração Pública exigem que o servidor público esteja preparado para responder a crescentes demandas técnicas, sociais, políticas e ambientais. Para tanto, cursos de Especialização são necessários para que estes servidores tenham preparo técnico-político e metodológico para planejar, organizar, dirigir e controlar as organizações e os serviços públicos.

A área de conhecimento e atuação profissional de Administração Pública é transversal aos domínios de atuação pública, tais como saúde, educação, segurança, meio ambiente, infraestrutura, gestão, e por isso é capaz de fornecer ferramental necessário para enfrentar os desafios contemporâneos.

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Administração Pública buscará aprimorar



os conhecimentos, habilidades e atitudes do servidor público, aguçar o seu senso crítico, a sua capacidade técnico-científica e postura ética para compreender, discutir e aplicar as abordagens teóricas e práticas ligadas a Administração Pública.

O perfil pragmático do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Administração Pública prioriza a formação de um profissional que consiga aplicar os conhecimentos teórico-metodológicos na situação-problema que tem em mãos, em seu órgão de pertencimento, e que seja corresponsável pelo atendimento de demandas das organizações públicas.

A realização da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública possibilitará a atualização profissional com a agregação de conhecimentos e aprimoramento do currículo aos servidores públicos. Além dos conteúdos e conhecimentos, a troca de conhecimentos e de experiências entre rede de relacionamentos proporcionada pelo ambiente da Pós-Graduação, possibilitará a formação de relações e redes de cooperação entre Gestores de Políticas Públicas dos diversos órgãos.

3 COORDENAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

3.1 Representante Institucional - ENA:

Estevão Roberto Ribeiro, Doutor – Presidente da ENA

3.2 Equipe Técnica e Administrativa- ENA:

Alex Fabiano Wehrle, Mestre – Diretor Técnico Científica

Patrícia Kalabaide, Especialista – Gerente de Formação Profissional

Luiz Fabiano da Silva, Especialista – Gerente da Ena Virtual

3.3 Coordenador Técnico:

Professor Doutor Leonardo Secchi

3.4 Coordenador Pedagógico:

Professora Mestre Ana Paula Netto Carneiro



4 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O curso de Especialização Lato Sensu em Administração Pública tem como objetivo principal desenvolver conhecimentos e habilidades de planejamento, organização, direção e controle da Administração Pública, por meio do aperfeiçoamento teórico-prático de servidores públicos para instrumentalizá-los a fazer uma gestão pública eficiente e eficaz, potencializando seu impacto social.

4.2. Objetivos Específicos:

- Apresentar aos alunos o estado da arte teórico e metodológico sobre temas de Administração Pública e suas intersecções com temas contemporâneos de transformação digital do Estado, inovação pública, sustentabilidade, *accountability*, parcerias público-privado, a nova lei de licitações, modelos de gestão e reformas administrativas.
- Proporcionar aos alunos espaço para experimentação de métodos, procedimentos e técnicas de gestão das áreas meio da Administração Pública, como a gestão de pessoas, gestão financeira e orçamentária, gestão de custos, gestão de processos e projetos, marketing público, compras e contratos, comunicação e negociação, políticas públicas e governança.
- Alavancar a progressão e promoção de servidores públicos em cargos técnicos, políticos ou gerenciais na Administração Pública.
- Incentivar a elaboração de trabalhos acadêmicos ou relatos técnicos sobre conhecimento teórico ou prático gerado durante o Curso, com vistas à publicação em revistas científicas ou profissionais, nacionais ou internacionais.
- Fortalecer as relações, redes e cooperação técnica entre os alunos vinculados aos diversos órgãos da administração pública direta ou indireta, legislativo, judiciário e Ministério Público.

4.3 Público-alvo

4.3.1 Servidores públicos estaduais:

O Curso é prioritariamente direcionado a servidores públicos de Santa Catarina possuidores de diploma de ensino superior, que atuem no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público;



4.3.2. Servidores públicos de outras esferas

O Curso também busca atender à demanda de servidores públicos municipais ou federais, especialmente aqueles residentes em Santa Catarina, e que atuem direta ou indiretamente com planejamento, organização, direção ou controle da Administração Pública.

4.3.3. Pessoal de empresas privadas e organizações sociais

O Curso também está aberto a portadores de diploma de nível superior que atuem em organizações privadas ou do terceiro setor, em especial aqueles que atuem na relação com órgãos públicos ou com políticas públicas.

4.4 Número de Vagas (Mínimo e Máximo)

Mínimo 30 e máximo 40 alunos.

4.5 Modalidade, carga horária e frequência

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública será realizada na modalidade presencial com suporte on-line no AVA ENA Virtual, totalizando 360 (trezentos e sessenta) horas. A frequência às aulas, seminários e outras atividades obrigatórias programadas serão objeto do processo de avaliação do curso. A frequência mínima obrigatória para cada disciplina será de 75% (setenta e cinco por cento).

4.6 Período e periodicidade

O curso se desenvolverá por um período de 14 (quatorze) meses. As aulas e demais atividades previstas no Curso serão concentradas nos 12 (doze) primeiros meses, em encontros quinzenais. Os 02 (dois) meses restantes serão destinados à execução de investigação e à redação do Trabalho de Conclusão de Curso que poderá tomar o formato de artigo acadêmico ou relato técnico. Para efeitos deste curso de Pós-Graduação adotar-se-á a hora/aula correspondente a 50 minutos, ofertados nas quintas-feiras e sextas-feiras das 13h10 às 17h40.

4.7 Inscrições

As inscrições no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública serão realizadas junto à Fundação ENA por meio do link dedicado e disponibilizado na página oficial da ENA.

4.8 Inscrição e matrícula



As inscrições serão efetuadas por meio do link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdEPLoq-7Cb8aaUs71IB6K_ZbxZFe4n-ePcG_dHP6RiqYAig/viewform e a matrícula por meio do endereço eletrônico secretaria.academica@ena.sc.gov.br.

4.9 Valor do curso

O valor do Curso é de **R\$ 19.680,00** (dezenove mil, seiscentos e oitenta mil reais). O valor do Curso pode ser parcelado sem juros em até 12 (doze) vezes de **R\$ 1.640,00** (hum mil, seiscentos e quarenta reais).

4.10 Processo de seleção

O Processo de seleção terá como critério a ordem de inscrição dos candidatos observando o número mínimo e máximo de alunos por turma, sob avaliação prévia da Coordenação do Curso e da ENA.

4.11 Critérios de avaliação e rendimento

4.11.1 No curso

Para receber o título de Especialista em Administração Pública, o aluno deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas conforme os critérios estabelecidos (frequência e nota mínima) e ter obtido a nota mínima de 7,0 no TCC.

4.11.2 Nas disciplinas

A verificação de aprendizagem será realizada por disciplina, mediante a realização de provas, seminários, trabalhos individuais e/ou de grupos, em conformidade com os critérios adotados pelo professor de cada disciplina. As notas serão padronizadas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez), com até uma casa decimal após a vírgula. Para ser aprovado em cada disciplina, o aluno deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a disciplina, e nota final mínima de 7,0 (sete virgula zero) pontos.

4.11.2 No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Além da aprovação nas disciplinas componentes do curso, para se obter o título de Especialista, o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, um **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**.

O TCC será realizado por meio da elaboração de um artigo científico ou relato técnico.



Se a modalidade escolhida pelo aluno for artigo científico, ele deverá abordar uma temática relevante e pertinente ao campo de estudo do curso, demonstrando a capacidade do aluno relacionar os elementos teóricos aprendidos com a realidade empírica investigada, trazendo alguma contribuição ou resultado do processo de investigação científica.

Se a modalidade escolhida pelo aluno for relato técnico, ele deverá realizar um diagnóstico de uma situação problema real, estudar alternativas ou soluções e propor uma recomendação para a mitigação ou resolução do problema público identificado.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ter um mínimo de 12 páginas, formatado com letra Times New Roman tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas e margens de 2,5 cm em todos os lados da folha.

Os artigos deverão inéditos e individuais, com a orientação de um professor supervisor/orientador. O conteúdo do artigo deve ser organizado de forma clara e estruturada, incluindo os seguintes elementos:

- Título
- Resumo/abstract
- Introdução (tema, problema, objetivos)
- Fundamentação teórica (segmentada em tópicos temáticos relevantes para a análise)
- Metodologia (caracterização do estudo, procedimentos de coleta de dados, procedimentos de análise de dados)
- Resultados e discussão
- Conclusão
- Referências (citação das fontes bibliográficas ou documentais que foram referenciadas no texto, seguindo as normas da ABNT)

Os relatos técnicos também deverão ser inéditos e individuais, construídos sob a orientação de um professor supervisor ou orientador. O conteúdo dos relatos técnicos deverá ser estruturado da seguinte maneira (SBAP, 2024, pp. 22-23):

- “Título
- Resumo/abstract
- Introdução (contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção)
- Corpo do trabalho (relato da experiência ou construção do processo decisório ou estruturação da proposta de política/programa/ação/intervenção ou



resultados de processo avaliativo, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos).

- Recomendações: orientações práticas para casos similares, recomendações para tomador de decisão, ajustes necessários, orientações para a adaptação de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos etc.
- Referências (citação das fontes bibliográficas ou documentais que foram referenciadas no texto, seguindo as normas da ABNT)”.

O TCC será avaliado pelo professor orientador/supervisor, cuja nota computará 60% da nota final do trabalho, e por um professor avaliador em regime de *blind review* designado pela Coordenação do Curso, cuja nota computará 40% da nota final do trabalho. Os critérios para a avaliação dos TCCs serão (SBAP, 2024, pp. 22-24):

Artigo científico	Relato Técnico
“RELEVÂNCIA: Contribui para o conhecimento na área de Administração Pública. Apresenta novidade ou relevância científica (tema, teoria, método, resultado). O objetivo do estudo está exposto com clareza.	“RELEVÂNCIA: Contribui para a prática da gestão pública ou das políticas públicas. - Apresenta relevância ou novidade prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações, aprendizados).
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Refletem o estado da arte sobre o objeto da investigação. Suportam o conhecimento científico no âmbito do artigo. Guardam relação lógica com os resultados do artigo. São aderentes às conclusões.	DELIMITAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: O problema prático (de gestão ou de política pública) está exposto com clareza. Contextualiza a situação problema historicamente ou com relação a outros casos similares. Traz relação da teoria com a prática de gestão de maneira lógica e proveitosa.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Está claramente definido e consistente com o(s) objetivo(s) do artigo. Coadunam com as referências teóricas utilizadas. Está bem exposto e devidamente utilizado, considerando os resultados obtidos.	RELATO DA EXPERIÊNCIA: Apresentação do objetivo da política/programa/ação/intervenção. São apresentados os componentes da política/programa/ação/intervenção de forma clara e objetiva. Apresenta interpretação dos resultados de maneira correta e imparcial, evitando adjetivações ou otimismo exagerados com sua própria experiência. Adicionam conhecimento novo ou relevante à prática da gestão.
ANÁLISE: São apresentadas de forma clara e objetiva. A interpretação dos resultados está correta, ou quando em ensaio teórico, há uma articulação profícua entre as teorias trabalhadas. Adicionam conhecimento novo ou relevante à temática em investigação.	RECOMENDAÇÕES: Apresenta um fechamento conclusivo coerente com o corpo do relato técnico. Traz orientações práticas para casos similares ou recomendações para tomadores de decisão. Aponta ajustes necessários para a própria prática ou orientações do "o que fazer" e do "como fazer" de adaptações



	políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos.”
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Está fundamentada coerentemente no referencial teórico. Estão baseadas nos resultados encontrados, ou quando em ensaio teórico, nas teorias abordadas. Está exposta de forma clara e objetiva.”	

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) serão trabalhos monográficos individuais, vedada a construção de TCC em dupla ou grupos. Tal restrição serve para cada egresso possa demonstrar individualmente a sua capacidade suficiente de análise, síntese, apreensão e aplicação de conhecimento em Administração Pública.

A alocação de professores orientadores para cada TCC será realizada pela Coordenação do Curso, devendo o aluno indicar nome(s) de professor(es) de sua preferência ou afinidade. A Coordenação do Curso irá fazer a alocação tomando em conta esta preferência do aluno, mas também a proximidade temática e a disponibilidade dos professores para realizar o trabalho de supervisão.

Os TCCs serão desenvolvidos em alguma das seguintes áreas temáticas:

1. **O processo de política pública:** pesquisas ou estudos que tenham como linha mestra de condução as fases do processo de elaboração de políticas públicas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção de políticas públicas.
2. **Inovação e políticas públicas:** pesquisas ou estudos que tenham como preocupação central a mudança das políticas públicas, que envolvam a inovação de processo ou de serviço, a utilização de novas racionalidades para formulação de políticas, como a ciência comportamental, o design de políticas públicas, e a inteligência artificial.
3. **Inovação e coprodução:** pesquisas ou estudos que se debrucem sobre temas que estejam na intersecção entre Estado e Sociedade, e que tragam potencial de inovação social e tecnológica.

O prazo máximo para a entrega do TCC, em qualquer caso, é de até 90 dias após o término da última disciplina.

5 CONCEPÇÃO GERAL

O currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em Administração Pública.



A estrutura curricular do curso está distribuída em 12 (doze) meses de aulas com 360 horas/aula de conteúdo específico. Outros 02 (dois) últimos meses estão dedicados à realização do TCC.

A área de Administração Pública é um campo disciplinar de conhecimento aplicado voltado para a gestão de organizações públicas e dos serviços públicos. Como campo de conhecimento, nasceu nos Estados Unidos em 1887 com os textos de Woodrow Wilson, que faziam a distinção entre política (*politics* – o que fazer) e a administração (*administration* – como fazer). Ao longo do século XX este campo de conhecimento ganhou legitimidade própria, linguagem própria e ferramental próprio distinto da Administração privada, embora mantidas relações interdisciplinares.

A concepção deste curso segue a filosofia pragmática, em que o conhecimento produzido deve servir para ajudar o tomador de decisão sobre questões organizacionais (recursos, estrutura, estratégia), questões de políticas públicas (programas e serviços públicos) e questões relacionais com a sociedade (governança pública, coprodução, participação) (Denhardt, Catlaw, 2016).

Além de questões organizacionais, relacionais e de política pública, o curso foi organizado de maneira a tratar temas contemporâneos de transformação digital do Estado, inovação pública, sustentabilidade, *accountability*, parcerias público-privado, a nova lei de licitações, modelos de gestão e reformas administrativas.

5.1 Abordagem Pedagógica

A abordagem pedagógica adotada se apoia nos três elementos fundantes da área de políticas públicas (Lasswell, 1951), quais sejam:

- **Interdisciplinaridade:** o conhecimento de política pública está na intersecção das disciplinas de administração pública, economia, ciência política, direito, psicologia social e sociologia, dentre outros campos do saber emergentes como o *Design*, Tecnologia e Inovação.
- **Normatividade:** a produção e disseminação de conhecimento de política pública assume e explicita os valores fundamentais que estão em conflito na arena política, quais sejam a eficiência, eficácia, equidade, igualdade, resiliência, sustentabilidade, dentre outros.
- **Orientação à resolução de problemas:** as práticas pedagógicas também se apoiam no viés pragmático da área de políticas públicas, buscando diagnosticar problemas públicos, elaborar alternativas e recomendar soluções para a mitigação ou solução de casos concretos.



5.2 Módulos, disciplinas e corpo docente

As atividades do curso estão divididas em 4 módulos, com as seguintes disciplinas, respectivas cargas horárias e professores titulados:

Módulo I – Administração Pública estratégica (75 horas)	Carga Horária	Corpo Docente	Titulação
Modelos de Gestão e reformas Administrativas	15	Leonardo Secchi	Doutor
Política e Administração Pública	15	Daniel Pinheiro	Doutor
Planejamento Estratégico no setor público	30	Rafael Bianchini Glavan	Doutor
Políticas Públicas	15	Ricardo Alves Cavalheiro	Doutor
Módulo II – Gestão setorial (135 horas)	Carga Horária	Corpo Docente	Titulação
Gestão de pessoas na Administração Pública	30	Laís Silveira Santos	Doutor
Finanças públicas	15	Ivoneti Ramos	Doutor



Orçamento público	30	Marcus Tomasi	Doutor
Licitações e contratos públicos	15	Denise Pinheiro	Doutor
Marketing público	15	Karin Vieira da Silva e Anderson Sasaki	Doutor
Gestão de projetos públicos	15	Vitor Santos Corrêa	MBA
Comunicação e negociação na esfera pública	15	Thiago J. Chaves	Doutor
Módulo III – Inovação e coprodução (120 horas)	Carga Horária	Corpo Docente	Titulação
Governo aberto	15	Luiz Filipe Goldfeder Reinecke	Doutor
<i>Accountability</i> e transparência pública	15	Paula Chies Schommer e Elaine Cristina de Oliveira Menezes	Doutor



Inovação no setor público	30	Micheline Gaia Hoffmann	Doutor
Parcerias público-privado	15	Bernardo Meyer	Doutor
Transformação digital na Administração Pública	30	Denilson Sell.	Doutor
Governança pública e Sociedade Civil	15	Carolina Andion	Doutor
Módulo IV - Metodologia (30 horas)			
Metodologia do trabalho científico (EAD)	30	Ana Paula Carneiro	Mestre
Total de horas	360		

5.3 Ementas e bibliografias das disciplinas

<p>Disciplina: Modelos de gestão e reformas administrativas (15 horas)</p> <p>Ementa: Administração patrimonialista. Modelo burocrático. Nova Gestão Pública. Governança pública. Transformação digital. A política de reforma administrativa.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>ARENILLA, Manuel. Administración digital. Madrid: INAP, 2021.</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, SPINK, Peter (org.) Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.</p> <p>KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, pp. 479-99, maio-junho 2006.</p> <p>SECCHI, Leonardo, "Modelos organizacionais e reformas da administração pública" RAP – Revista de Administração Pública, Vol. 43, n. 2, de março-abril de 2009.</p> <p>ONGARO, Edoardo (2009) Public management reform and modernization: trajectories, of administrative change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain. Cheltenham: Edward Elgar.</p>



<p>Disciplina: Política e Administração Pública (15 horas)</p> <p>Ementa: Política: o contexto brasileiro. Administração Pública e modelos de gestão pública. Estado, governo e política. Serviço público e sociedade. Ética na administração pública. Dimensão política na tomada de decisão em políticas públicas. Política eleitoral e administração pública. Imagem e risco na ação do servidor público.</p> <p>Referências Bibliográficas: BAQUERO, M. FREITAS LINHARES, B. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. Revista Debates, 5(1), 89. 2011. BORBA, J. Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: Revista Opinião Pública. Vol. XI. Campinas: 2005. p. 147-168. GOMES, N. F. Ética na administração pública: desafios e possibilidades. Revista de Administração Pública, v. 48, p. 1029-1050, 2014. KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da Política: cultura política e antropologia política. In: Revista de Estudos Históricos. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p. 227-250. MARTINS, L. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. Brasília: ENAP, 1995. MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Rev. bras. Ci. Soc. 2008, vol.23, n.66, pp. 11-43. SCHWARTZMAN, S. A abertura política e a dignificação da função pública. Brasília: ENAP, 1984. SORJ, B. FAUSTO, S. (orgs). Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015. VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília: ENAP, 2019.</p>
<p>Disciplina: Planejamento estratégico no setor público (30 horas)</p> <p>Ementa: Planejamento: Conceitos de planejamento estratégico. Metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico. Diagnóstico estratégico. Objetivos e desafios empresariais. Projetos e planos de ação. Controle e avaliação do planejamento estratégico. Planejamento governamental no Brasil: Cenários, diagnósticos e estudos de processos decisórios. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea. Objetivos e condicionantes das políticas públicas.</p> <p>Referências Bibliográficas: DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública / Roberto B. Denhardt; tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. – São Paulo: Gengage Learning, 2012. KAPLAN, R. S. e NORTON, D. P. A Estratégia em Ação. Rio de Janeiro: Campus, 1997 MARTINS, Humberto falcão; Marini, Caio e outros. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010. (p. 31-58) MINTZBERG, H. et al. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 2010</p>
<p>Disciplina: Políticas Públicas (15 horas)</p> <p>Ementa: Conceitos básicos sobre problema público e políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Atores e instituições. Ciclo de Políticas Públicas. Estilos de políticas públicas. As políticas públicas no Brasil e sua gestão: perspectivas e desafios diante da transformação digital.</p> <p>Referências Bibliográficas: HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009. HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e Políticas Públicas. Revista de Administração Pública, vol, 45, n. 3, 2011, pp. 813-836. FISCHER, Frank. Truth and post-truth in public policy: interpreting the arguments. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. (pp. 1-23).</p>



SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.

Disciplina: Gestão de pessoas na Administração Pública (30 horas)

Ementa:

Transformações e perspectivas da área de recursos humanos. Motivação e engajamento de pessoas no setor público. Fundamentos e processos de gestão de pessoas aplicados à Administração Pública. A estrutura de órgãos de gestão estratégica de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas no setor público. Meritocracia, estágio probatório e estabilidade. Gestão baseada em competências. Gestão do desempenho. Gestão do desenvolvimento. Temas emergentes e desafios para a gestão de pessoas no setor público: gestão da diversidade e inclusão; flexibilização do trabalho; bem-estar e qualidade de vida no trabalho.

Referências Bibliográficas:

BASSOTTI, Ivani Maria; PINTO, Sandra Souza; SANTOS, Thiago Souza (Org.). Uma nova gestão é possível. São Paulo: FUNDAP, 2015.
BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo, Atlas, 2017.
FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. 16. ed. São Paulo: Gente, 2002.
SILVA, Anielson Barbosa (Org.). Gestão de pessoas por competências nas instituições públicas brasileiras. 2. ed. rev. ampl. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

Disciplina: Finanças públicas (15 horas)

Ementa:

Razões econômicas para a existência do governo. Fundamentos e legislação de finanças públicas e do orçamento público. Análise econômico-financeira de receitas, despesas e dívida públicas. Relação com a política fiscal e a política monetária. Indicadores de gestão e de sustentabilidade fiscal. Transparência fiscal. Finanças públicas comparada.

Referências Bibliográficas:

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 14 ed. Rio:Forense, 2004.
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei n.4.320. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.
SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
RIANI, Flavio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Disciplina: Orçamento público (30 horas)

Ementa:

Orçamento público: evolução histórica e tendências futuras. Instrumentos de Planejamento Governamental e a composição do Orçamento Público. Arranjo orçamentário x equilíbrio fiscal. O impacto das decisões alocativas na implementação das políticas públicas.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Vinícios Leopoldino do. Princípios para ativação do orçamento: orçamento público, Constituição e a busca por igualdade. In: CARDOSO JR., José Celso et al. (Orgs.). Planejamento governamental e finanças públicas no Brasil contemporâneo. São Paulo: FPA, 2017.
BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da união, estados, dos municípios e do distrito federal. _____ . Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece



normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas. S. Paulo, 2005. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, nº 26, jun/dez 2003. RODRIGUES, Júlia Alves Marinho. Orçamento impositivo: diferenças de perspectiva entre os Poderes Legislativo e Executivo. In: COUTO, Leandro; GIMENE, Márcio (Orgs.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

Disciplina: Licitações e contratos públicos (15 horas)

Ementa:

Licitação: normas gerais e princípios. Contratação direta: dispensada, dispensa e inexigibilidade. Fases do procedimento licitatório. Modalidades e tipos de licitação. Desenvolvimento nacional sustentável. Contratos administrativos. Equação econômico-financeira do contrato público. Gestão de contratos. Alterações contratuais. Extinção dos contratos.

Referências Bibliográficas:

FENILI, Renato. Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas. Niterói: Impetus, 2016. MENEZES NIEBUHR, Joel et. Al. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p. Disponível em <https://www.zenite.com.br/livros/nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos/> OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. ROCHA, Wesley; VANIN, Fábio S.; FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli D. A Nova Lei de Licitações. Portugal: Grupo Almedina, 2021. SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa; CHRISPIM, Anna Carla Duarte. Termo de referência: o impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

Disciplina: Marketing público (15 horas)

Ementa:

Tipos de marketing no setor público. Planejamento de Marketing no Setor Público. Posicionamento e Gestão de Marca. Pesquisa de Imagem. Marketing Digital.

Referências Bibliográficas:

CEZAR, Layon Carlos. Comunicação e marketing no setor público: diferentes abordagens para a realidade brasileira. 2019. GABRIEL, Martha. Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias. Novatec Editora, 2010 KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no setor público: um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. LAS CASAS, A. Marketing de Serviços. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 275 p.

Disciplina: Gestão de projetos públicos (15 horas)

Ementa: Introdução à Gestão de Projetos Públicos; definição de projeto e características únicas de projetos públicos; importância da gestão de projetos no setor público. Principais desafios e oportunidades na gestão de projetos públicos; Ciclo de Vida do Projeto Público; Fases do ciclo de vida do projeto: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, encerramento; Planejamento e Escopo de Projetos Públicos; Execução e Controle de Projetos Públicos; Avaliação e Encerramento de Projetos Públicos; Lições aprendidas e melhoria contínua.

Referências Bibliográficas:

Francisco Jr., José. Project Model Canvas, Teoria, prática e a sua participação, 2020. Freitas, H. Gestão de Projetos Públicos: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2018. Prado, Darci. Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos nas Organizações, INDG, 2016. Project Management Institute (PMI). Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia



<p>PMBOK®). 6ª Edição, 2015. Project Management Institute (PMI). Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®). 7 Edição, 2016.</p>
<p>Disciplina: Comunicação e negociação na esfera pública (15 horas) Ementa: Negociação: sua dinâmica e a importância em processos decisórios. Negociação e ações coletivas, mediação e arbitragem. Competências e perfil do negociador na gestão de crises e conflitos. Comunicação e fluxo de comunicação. Aspectos formais da comunicação necessários à administração pública. Expressões e estratégias de comunicação informal. Habilidades comunicativas. Referências Bibliográficas: ALBRECHT, Karl. Agregando valor à negociação. São Paulo: Makron Books, 1995. BERLO, K. O processo da comunicação: introdução à teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Manual da arbitragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p.102. HASWANI, Mariângela. Comunicação Pública: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013 LEWICKY, Joy; SAUNDERS, David; MINTON, John. Fundamentos da Negociação. Porto Alegre. Bookman, 2002. ROGER, F.; WILLIAM, U. Como chegar ao Sim. São Paulo: Imago, 1985. SOUZA, L. M. DE; OLIVEIRA, I. L. G. DE. Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2014. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008.</p>
<p>Disciplina: Governo Aberto (15 horas) Ementa: Governo aberto: conceito e suas dimensões. Governo aberto e transparência no contexto brasileiro. Desafios e oportunidades governo aberto para a Administração Pública. Referências Bibliográficas: BRELÂZ, G.; CRANTSCHANINOV, T. I.; BELLIX, L. Open government partnership na cidade de São Paulo e o programa São Paulo Aberta: Desafios na difusão e institucionalização de uma política global. Cadernos EBAPE.BR, 19(1), 123-137, 2021. PIOTROWSKI, S.; BERLINER, D.; INGRAMS, A. The power of partnership in open government: Reconsidering multistakeholder governance reform (information policy). Londres: The MIT Press, 2022. RAUPP, F. M. A. Transparência passiva nos maiores municípios brasileiros passados dez anos da Lei de Acesso à Informação. Revista da CGU, 14(25), 20-32, 2022.</p>
<p>Disciplina: Accountability e transparência pública (15 horas) Ementa: Transparência e accountability democrática como princípios e meios para o exercício de cidadania, a qualificação da administração pública e dos serviços públicos e a responsabilização dos agentes públicos. Dimensões de accountability e suas inter-relações: transparência, responsabilidade, controlabilidade, imputabilidade, responsividade. Dimensões legais, políticas, éticas, gerenciais e tecnológicas da transparência. Experiências de promoção da transparência e da accountability na gestão pública e na relação entre diferentes tipos de organizações. Transparência, dados abertos e governo aberto. Transparência e accountability na gestão pública brasileira: avanços, dilemas, limites e perspectivas. Referências Bibliográficas: Fernandes, G.A. de A.L., Fernandes, I.F., & Teixeira, M.A.C. (2023). Transparência dos governos subnacionais: o impacto da desigualdade na transparência. Revista de Administração Pública, 57(6), e2023-0025. https://doi.org/10.1590/0034-761220230025 Hernandez, A.; Cuadros, D. (2014). Iniciativas de transparência y accountability en America Latina: naturaleza, tipología e incidência en la democracia y el desarrollo In: Pinheiro, D.; Melo, D.; Costa, J. (orgs.). Democracia: desafios, oportunidades e tendências. Florianópolis: Imaginar o Brasil. (p. 226-270). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B6dymYHdfMNzakQyRkVlaVVGWXC/view</p>



<p>Hernandez, A., Schommer, P.C., Cuadros, D. (2021). Incidence of social accountability in local governance: the case of the network for fair, democratic and sustainable cities and territories in Latin America. <i>Voluntas</i>, 32(3), 650-662.</p> <p>Koppell, J.G.S. (2005). Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “Multiple Accountabilities Disorder”. <i>Public Administration Review</i>, 65(1), 94-108.</p> <p>Pinho, J.A.G.; & Sacramento, A.R.S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? <i>Rev. da Adm. Pública</i>, 43 (6): 1343-68.</p> <p>Rocha, A. C.; Schommer, P. C.; Debetir, E.; Pinheiro, D. M. (2019). Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. <i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i>, São Paulo, v. 24, n. 78. DOI: 10.12660/cgpc.v24n78.74929. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/74929.</p>
<p>Disciplina: Inovação no setor público (30 horas)</p> <p>Ementa: Fundamentos conceituais. Tipologias. Indutores, barreiras, desafios e impactos da inovação no setor público. Inovação no setor público como um fenômeno colaborativo: ecossistemas de inovação; governança colaborativa para inovação; design e co-criação de políticas, serviços e solução de problemas públicos sob a abordagem da inovação. Laboratórios de inovação no setor público e instrumental para processos colaborativos de inovação. Experiências nacionais e internacionais.</p> <p>Referências Bibliográficas ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. Co-creation: the new kid on the block in public governance. <i>Policy & Politics</i>, v. 42, n. 2, pgs 211–230, 2021.</p> <p>ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. <i>Public innovation through collaboration and design</i>. New York: Routledge, 2014.</p> <p>CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marlzaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber. <i>Inovação no setor público. Teoria, tendências e casos no Brasil</i>. Brasília: ENAP; IPEA, 2017.</p> <p>DALSGAARD, Peter. Pragmatism and Design Thinking. <i>International Journal of Design</i>, v. 8, n. 1, pgs. 143-155, 2014.</p> <p>HOFFMANN, Micheline Gaia; MURAD, Elisa Pereira; LEMOS, Dannyela da Cunha; FARIAS, Josivania Silva; SANCHES, Beatriz Lancellotti. Characteristics of innovation ecosystems’ governance: an integrative literature review. <i>International Journal of Innovation Management</i>, v. 26, n. 8, pp. 1-25, 2022.</p> <p>OSBORNE, Stephen P.; BROWN, Louise. <i>Handbook of innovation in public services</i>. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.</p> <p>SANO, Hiranobu. <i>Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais</i>. Brasília: ENAP, 2020.</p>
<p>Disciplina: Parcerias público-privado (15 horas)</p> <p>Ementa Estratégias colaborativas. Coopetition. Relações Público-Privadas. Cronism. Outsourcing na Administração Pública. Parcerias Público-Privadas (PPP). Vantagens e desvantagens das PPP. Unidades Gestoras de PPP.</p> <p>Referências Bibliográficas Meyer, B. <i>Parcerias Público-Privadas: uma estratégia governamental</i>. São Paulo: Actual, 2021.</p> <p>Meyer, B.; Saddy, A.; Moraes, S. (Org.). <i>Estabelecendo a Estrutura das PPPs (Tratado de PPPs: teoria e prática – Vol. 6)</i>. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ), v. 6, p. 33-48, 2019.</p> <p>Mickethwait, J.; Wooldridge, A. <i>The Fourth Revolution: the global race to reinvent the State</i>. New York: The Penguin Press, 2014.</p> <p>Mintzberg, H. <i>Rebalancing Society: radical renewal beyond left, right, and center</i>. Oakland: Berrett-Kohler, 2015.</p> <p>Moore, M.H. <i>Managing for Value: Organizational strategy in for-profit, nonprofit and governmental organizations</i>. <i>Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly</i>, 29 (1), p. 183-204, 2000.</p> <p>Quelin, B. V.; Cabral, S.; Lazzarini, S.; Kivleniece, I. The Private Scope in Public-Private Collaborations: an institutional and capability-based perspective. <i>Organization Science</i>, 30 (4), p. 831-846, 2019.</p>



<p>Reis, C.; Cabral, S. Parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. <i>Revista de Administração Pública</i>, 51 (4), p. 551-579, 2017.</p> <p>Rodrigues, B.; Zucco, C. Uma comparação direta do desempenho de uma PPP com o modelo tradicional de contratação pública. <i>Revista de Administração Pública</i>, 52 (6), p. 1237-1257, 2018.</p> <p>Thamer, R.; Lazzarini, S. G. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. <i>Revista de Administração Pública</i>, 49 (4), p. 819-846, 2015.</p> <p>Wang, H.; Xiong, W.; Wu, G.; Zhu, D. Public-private partnership in Public Administration discipline: a literature review. <i>Public Management Review</i>, 20 (2), p. 293-316, 2018.</p>
<p>Disciplina: Transformação digital da Administração Pública (15 horas)</p> <p>Ementa: Inovação, Digitalização e Transformação Digital. História e evolução da digitalização e da TD no setor público. Tecnologias chave na TD. Estratégias de gestão de mudança para implementação de tecnologias digitais. Cases de TD no setor público. Desafios e tendências futuras.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>Andersson, Per, et al. <i>Managing digital transformation</i>. SSE Institute for Research, Stockholm School of Economics, 2018.</p> <p>Filgueiras, F., Flávio, C., & Palotti, P. (2019). Digital transformation and public service delivery in Brazil. <i>Latin American Policy</i>, 10(2), 195-219.</p> <p>Sandoval-Almazán, R., Luna-Reyes, L. F., Luna-Reyes, D. E., Gil-Garcia, J. R., Puron-Cid, G., & Picazo-Vela, S. (2017). Building digital government strategies. <i>Public administration and information technology</i>, 16.</p> <p>Repette, P., Sabatini-Marques, J., Yigitcanlar, T., Sell, D., & Costa, E. (2021). The evolution of city-as-a-platform: Smart urban development governance with collective knowledge-based platform urbanism. <i>Land</i>, 10(1), 33.</p> <p>Vial, G. (2021). Understanding digital transformation: A review and a research agenda. <i>Managing digital transformation</i>, 13-66.</p>
<p>Disciplina: Governança pública e sociedade civil (15 horas)</p> <p>Ementa: Estado Democrático e governança pública no Brasil pós CF88: características, desafios e perspectivas. Diferentes concepções e formas de governança: indo além da compliance. Relações socioestatais, intersetorialidade e articulação de diferentes níveis, atores e recursos nas políticas públicas e na ação pública. Principais políticas nacionais em rede e seus sistemas. Sociedade civil: particularidades, componentes, relações e papéis na governança e nas políticas públicas. Governança pública na prática: desafios, experiências e tendências.</p> <p>Referências Bibliográficas</p> <p>ANDION, C. (2023). Social Innovation, Experimentalism, and Public Governance: An Ethnographical Approach to Study Public Arenas in the City. <i>BAR - Brazilian Administration Review</i>, 20(2), e220124. https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2023220124</p> <p>ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. <i>Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática</i>. <i>Sociedade e Estado</i>, v. 36, n. 2, 2021, pp. 513-543.</p> <p>ANSELL, C.; TORFING, C. Introduction: Theories of Governance In: ANSELL, C.; TORFING, C. <i>Handbook on Theories of Governance</i>. Cheltenham, Elgar, 2016.</p> <p>KISSLER, L; HEIDMANN, F.G Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? <i>Revista de Administração Pública</i>, pp 479-499.</p> <p>LOTTA, G. S; Gonçalves, R.; Bitelman, M. F A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. <i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i>. São Paulo, v. 19, n. 64, Jan./Jun. 2014</p>
<p>Disciplina: Metodologia do trabalho científico – EAD (30 horas)</p> <p>Ementa: Conhecimento científico e ciência. Métodos e técnicas de pesquisa científica. A pesquisa científica e suas</p>



classificações. Projeto de pesquisa científica. Normas da ABNT para elaboração do projeto de pesquisa. Elaboração de trabalhos acadêmicos: resumo, resenha crítica e seminário. Fontes de pesquisa. Plágio acadêmico e científico. Trabalhos científicos: artigo e monografia. A organização dos textos científicos e acadêmicos (Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT). Meios de divulgação da pesquisa científica.

Referências Bibliográficas:

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
BASTOS, C. L. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

5.4 Cronograma

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública terá início em maio de 2024. As aulas serão realizadas nas quintas-feiras e sextas-feiras das 13h10 às 17h40.

	DISCIPLINAS	Docente	Datas
1	Modelos de Gestão e Reformas Administrativas	Leonardo Secchi	As disciplinas serão oferecidas no período de maio de 2024 a
2	Política e Administração Pública	Daniel Moraes Pinheiro	
3	Planejamento estratégico no setor público	Rafael Bianchini Glavan	
4	Políticas Públicas	Ricardo Alves Cavalheiro	
5	Gestão de Pessoas na Administração Pública	Laís Silveira Santos	
6	Finanças Públicas	Ivoneti Ramos	
7	Orçamento Público	Marcus Tomasi	



8	Licitações e Contratos Públicos	Denise Pinheiro	maio de 2025, totalizando as 360 horas em 12 meses.	
9	Marketing público	Karin Vieira da Silva e Anderson Sasaki		
10	Gestão de projetos públicos	Vitor Santos Corrêa		
11	Comunicação e negociação na esfera pública	Thiago J. Chaves		
12	Governo Aberto	Luiz Filipe Goldfeder Reinecke		
13	Accountability e transparência pública	Paula Chies Schommer e Elaine Cristina de Oliveira Menezes		
14	Inovação no setor público	Micheline Gaia Hoffmann		
15	Parcerias público-privado	Bernardo Meyer		
16	Transformação digital na Administração Pública	Denilson Sell		
17	Governança pública e Sociedade Civil	Maria Carolina Martinez Andion		
18	Metodologia do trabalho científico (EAD)	Ana Paula Carneiro		
19	TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	Orientadores		O TCC será desenvolvido de maio a junho de 2025.

5.5 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública é formado por professores doutores, com larga experiência didática e atuação na área pública.

O corpo docente do curso será constituído a partir de três diretrizes básicas: 1) ser credenciado junto à Comissão de Credenciamento de Docentes da Fundação, 2) ter experiência e expertise na área de conhecimento e a 3) compatibilidade da titulação.

Os professores serão pós-doutores ou doutores com experiência didática e atuação na área de Administração Pública. Preferencialmente serão convidados professores que já tenham ministrado aulas em cursos oferecidos pela Fundação ENA e que tenham recebido avaliação positiva de seu desempenho.

Os honorários que serão atribuídos aos professores respeitarão o Decreto 1.350, de 28 de janeiro de 2013, do Governo do Estado de Santa Catarina, que fixa critérios para a



concessão de honorários de hora-aula na Fundação ENA.

5.5.1 Formação e currículo dos docentes

A seguir está a lista de docentes credenciados pela Fundação ENA para ministrar as aulas deste curso de Especialização:

Prof.^a MSc. Ana Paula Carneiro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UDESC, graduada e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atuou na Prefeitura Municipal de Florianópolis como professora efetiva de ciências, Coordenadora Pedagógica e Coordenadora de Núcleos de Educação de Jovens e Adultos. No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) atuou nos Cursos de Pós-Graduação nas funções de orientador (tutor) de Cursos de Pós-Graduação a distância (Especialização em Design Instrucional, Especialização em Educação a Distância e Especialização em Educação Ambiental) e Coordenador de Cursos de Pós-Graduação a Distância (Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação). Na Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC) atuou como professora no Curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância (CEAD) por oito anos, atuando nas disciplinas de Fundamentos da Educação a Distância, Metodologia da Educação Científica, CME Ciências, CME Ciências II e Educação de Jovens e Adultos. Atuou, por seis anos, na função de Coordenação da Equipe de Tutores presenciais e a distância da UAB/CEAD/UDESC. Atuou na UDESC, na função de Design Instrucional na ESAG/UDESC, acompanhando os cursos de Graduação em Administração Pública e Especialização em Gestão Municipal e faz parte da equipe do Multi.Lab.EaD - Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Produção de Material Didático para EaD/CEAD/UDESC. Atua como Design Instrucional na Fundação Escola de governo ENA.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5007038132435832>

Prof. Dr. Anderson Sasaki Vasques Pacheco

Professor Titular do Centro Universitário de Brusque - SC (UNIFEBE). Professor Adjunto do Departamento de Governança Pública CESFI - UDESC. Coordenador do MBA em Estratégias de Marketing Digital pela Unifebe. Doutor em Sociologia Econômica das Organizações pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa (2016), revalidado pela Universidade do Vale do Itajaí como Doutor em Administração. Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (CPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Tem experiência nas áreas de Marketing Digital e Comunicação de Organizações da Sociedade Civil, Inovação Social, e Gestão Social. Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Administração Universitária (PPGAU), orientando trabalhos na área de marketing universitários e do ISEG, no grupo de Sociologia Econômica das Organizações - SOCIUS - da Universidade de Lisboa. Participante do programa de Extensão: Laboratório de Inovação Social e Sustentabilidade da UDESC.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8624486945942313>

Prof. Dr. Bernardo Meyer

Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2011), Mestrado em Administração de Empresas pela DePaul University (2003) e Graduação em Administração pela Universidade do Estado de



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Santa Catarina - ESAG/UDESC (2000). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciências de Administração e Chefe de Gabinete do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atua no Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) e no Programa de Pós Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da UFSC. Sua área de pesquisa está relacionada à estratégia e administração pública. É autor do livro Parcerias Público-Privadas: uma estratégia governamental.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3976083214329117>

Prof. Dr. Daniel Moraes Pinheiro

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2000) e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (2003). Professor do Departamento de Administração Pública da ESAG/UDESC. Professor do Programa Acadêmico de Pós-graduação em Administração da ESAG/UDESC (Mestrado e Doutorado). Coordenador do Programa de Extensão em Educação e Cultura Política. Pesquisador do NISP - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (UDESC) nos temas: Cultura Política, Educação Política, Inovação Social, Democracia e Cidades e Espaços Democráticos. Realiza estudos também na área de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, focando nos Estudos do Campo e Produção do Conhecimento em Administração. Adicionalmente, tem colaborado em estudos sobre Políticas Públicas especialmente naqueles focados na Governança, na Sustentabilidade e na Mobilidade Sustentável.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3825643700930578>

Prof. Dr. Denilson Sell

Possui bacharelado em Ciências da Computação pela Universidade do Vale do Itajaí (1997), mestrado (2001) e doutorado (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de doutoramento na The Open University. Atualmente é professor no Departamento de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina. Atua também como diretor e pesquisador no Instituto Stela. Atuou como pesquisador e coordenou diversos projetos de PD com organizações públicas (como a Plataforma Lattes e a Plataforma Aquarius com o MCTI, Libra Human Factors com Petrobrás e o Consórcio de Libra, Plataforma iAraucária com a Fundação Araucária, Plataforma PRAIS com Organização Panamericana de Saúde, Portal SINAES com o MEC, DCVISA com a ANVISA e SIBEA com o MMA), organizações privadas (como Busca Semântica com Embraer e Plataforma de Gestão da Ética e da Integridade com o Itaú/Unibanco) e terceiro setor (como a Plataforma para Gestão do Absenteísmo com o SESI/BA e Plataforma da Gestão do Conhecimento do SENAI/CE-FIEC). Atua principalmente nas seguintes áreas/temáticas: engenharia do conhecimento, gestão do conhecimento, business intelligence, inteligência artificial, ontologias, engenharia de resiliência, semantic web, planejamento de sistemas de informações e governo eletrônico.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5695753044496038>

Profa. Dra. Denise Pinheiro

Bacharela, Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com período sanduíche na Université de Strasbourg. Professora de Direito Constitucional e de Direito Administrativo do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ ESAG.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1665241913701389>

Profa. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes



Professora do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina ESAG/UDESC. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da ESAG/UDESC (2015). Tem experiência em pesquisas na área de gestão pública, orçamento público, planejamento governamental e desenvolvimento territorial sustentável.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4573603156517560>

Profa. MSc. Ivoneti Ramos

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Udesc Faed. Atualmente é Professora Efetiva do Departamento de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), na cadeira de Finanças Públicas. Atua como coordenadora do curso de Administração Pública (EaD) na Udesc/Esag, Coordenadora Adjunta da UAB Udesc e Chefe do Departamento de Administração Pública da Esag. Atua também como conteadista da EaD. Atuações anteriores na área de gestão: Diretora de Extensão na Udesc/Esag e Diretora Administrativa/Financeira na Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. Tem experiência na área de Economia e Finanças, atuando principalmente nos seguintes temas: Finanças Públicas, Educação Financeira e Fiscal, Indicadores Socioeconômicos, Economia do Setor Público, Governança e Desenvolvimento Territorial.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4525355347539365>

Profa. Dra. Karin Vieira da Silva

Professora Adjunta do curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações (2016) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Graduada (2011) em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do grupo de pesquisa Politeia - Coprodução do Bem Público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade, da ESAG/UDESC, e pesquisadora associada à unidade de investigação em Ciências Sociais e Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa - ISEG/UL.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7235364501868150>

Profa. Dra. Laís Silveira Santos

Doutora em Administração (2019) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC), Mestre em Administração (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC) e Bacharel em Administração Pública (2010) pela ESAG/UDESC. Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da ESAG/UDESC. Professora no Departamento de Administração Pública (DAP), nas disciplinas do Núcleo de Humanas, e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração (PPGA) da ESAG/UDESC. Ocupa o cargo de Administradora na Coordenadoria de Capacitação de Pessoas da UFSC, onde também já atuou na Divisão de Dimensionamento e em diversas comissões relacionadas à gestão de pessoas no setor público. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa AdmEthics - Ética, Virtudes e Dilemas Morais na Administração e do Grupo de Pesquisa Athena - Laboratório de Estudos em Organizações, Inovação e Colaboração. Tem interesse nos estudos e na prática da Ética na Administração Pública, Comportamento Humano e Gestão de Pessoas na Administração Pública. Vencedora da edição 2020 do Prêmio CAPES de Tese na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7404934122101196>

Prof. Dr. Leonardo Secchi



É professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), vinculado ao Departamento de Administração Pública e ao mestrado e doutorado em Administração (PPGA/Esag/Udesc). Tem graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão (Itália), com períodos sanduíche na Harvard University (EUA) e na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). Também possui dois pós-doutorados: em Políticas Públicas, pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), e em Administração Pública, pela Universidade de Lisboa (Portugal). Pesquisa e atua nas áreas de políticas públicas, reformas administrativas e sustentabilidade. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6155842099499614>

Prof. Dr. Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Professor adjunto de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Líder do Centro de Investigação em Governo Aberto e Transparência (CIGAT), desenvolve suas atividades acadêmicas na área de Administração Pública, trabalhando nas temáticas de governo aberto e transparência, governança pública municipal, políticas públicas de economia solidária, extensão universitária e educação política. Possui graduação em administração pública, mestrado e doutorado em administração pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Em associações científicas atua como diretor de comunicação do Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social (CIRIEC Brasil) e líder do tema de Governo Aberto e Transparência na Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP). Ainda, participa da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). Colabora com organizações da sociedade civil e órgãos de assessoramento na administração pública, dentre eles exerce a função de conselheiro da Câmara de Administração Pública do CRA-SC, conselheiro de administração e planejamento da UDESC, membro do Conselho Curador da Fundação Astrojildo Pereira (FAP) e diretor da Rede Brasileira de Conselhos (RBDC). Atua desde 2013 na UDESC Balneário Camboriú onde leciona no bacharelado em Administração Pública, coordena o programa de extensão Laboratório de Participação e Controle Social (CTRL+S) e lidera projetos de pesquisa na área de transparência. Possui trajetória na gestão universitária, sendo Diretor de Extensão da UDESC Balneário Camboriú (2017-atualmente) e Coordenador de Estágios do Curso de Administração Pública (2016-2017).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9441286518517964>

Prof. Dr. Marcus Tomasi

Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1988), mestrado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2012). É professor do Departamento de Administração Empresarial da Udesc/ESAG e atualmente Diretor Geral do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: administração financeira e orçamentária, educação, crédito e finanças.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9301344541639312>

Prof.^a Dra. Maria Carolina Martinez Andion

Pós-doutorado senior em administração pública e governo na FGV/EAESP (2022). Pós-doutorado em Economia Social pelo Instituto Universitário de Pesquisa em Economia Social, Cooperativa e Empreendedorismo (IUDESCOOP), da Universidade de Valência, na Espanha (2016). Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007). Mestrado em Administração pela Escola de Hautes Études Commerciales (Altos Estudos Comerciais) de Montréal (HEC) (1998), no Canadá. Graduação em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1994). Professora visitante no Centre de Recherche



sur les Innovations Sociales (CRISES) na (HEC) de Montreal no Canadá (2023), do Social Research Centre (SFS) na Dortmund University, na Alemanha (2023) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHES) (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), no Centro de Estudos sobre os Movimentos Sociais (CEMS) (2023). De junho de 2005 a junho de 2006, realizou estágio doutoral no laboratório Ville, Société et Territoires (Cidade, Sociedade e Território) (VST/CITERES) do departamento d'Amenagement Territorial (Ordenamento Territorial) da École Polytechnique (Escola Politécn) da Universidade François Rabelais de Tours, na França. Nesta oportunidade, passou um mês como pesquisadora visitante na Alliance de Recherche Universités Communautés en Économie Sociale (ARUC/ÉS) (Aliança de Pesquisa Universidades Comunidades em Economia Social) e no CRISES, ambos em Montreal, no Canadá. Leciona, pesquisa e atua há mais de 30 anos nos campos da sociedade civil, inovação social e desenvolvimento territorial sustentável e é autora de diversas publicações de referência, científicas e técnicas, nacionais e internacionais, nesses campos, além de possuir vasta experiência de gestão e como consultora nessas áreas. Atualmente, é professora titular do departamento de administração pública no Centro de Ciências de Administração e Socioeconômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), centro no qual exerceu de 2010 a 2014 a função de Diretora de Extensão e de 2019 a 2021 de vice-coordenadora do programa acadêmico em administração. Atua na UDESC/ESAG como professora na graduação, no curso de administração pública, no mestrado e no doutorado acadêmicos em administração e como vice-coordenadora do programa acadêmico de administração (gestão 2024-2025). Lidera, desde 2010, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), cadastrado no CNPq, no qual coordena o Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), desde 2016. É membro do corpo editorial e parecerista de diversos periódicos nacionais e internacionais. Participa de diferentes associações científicas, atuando como diretora de pesquisa na Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) (gestão 2021-2023), na qual é atualmente conselheira e faz parte do Comitê Científico da divisão de Administração Pública (APB) da ANPAD. Também é membro dos conselhos do Instituto Guga Kuerten (IGK) (desde 2020) e do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) (desde 2014). Membro da Rede Academia do Instituto de Cidadania Empresarial, da International Society for Third Sector Research (ISTR), do Centro Internacional de Pesquisa e Informação em Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC - Internacional), da EMES Network, da Associação Internacional em Políticas Públicas (IPPA) e da Associação Pragmata, de estudos pragmatistas, na França. Seus interesses atuais de pesquisa referem-se aos temas: sociedade civil, políticas públicas e esfera pública; inovações sociais em arenas públicas; experimentações democráticas e governança pública; ecossistemas de inovação social; desenvolvimento territorial sustentável; epistemologia e sociologia da ciência em administração pública.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6428943613906472>

Prof.^a Dra. Micheline Gaia Hoffmann

Graduada em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG, com mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e pós-doutorado em Administração na Universidade de Brasília - UnB. É professora associada na UDESC/ESAG, onde atua no Departamento de Administração Pública e no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Administração. É membro dos grupos de pesquisa Politéia e Strategos. Possui experiência profissional e acadêmica nas áreas de gestão da inovação; políticas públicas de inovação; cooperação universidade-empresa em projetos de inovação; implementação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica e de incubadoras de empreendimentos inovadores; cultura de inovação nas organizações; planejamento de projetos; avaliação de projetos públicos; design thinking aplicado à modelagem de projetos públicos. São temas de especial interesse: inovação no setor público; redes e processos colaborativos para inovação; cocriação de soluções inovadoras para problemas públicos.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6118985845064021>

Prof.^a Dra. Paula Chies Schommer

Professora de administração pública e líder do grupo de pesquisa Politéia, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG). Sua formação inclui o doutorado em administração de empresas pela Fundação Getúlio



Vargas - SP, o mestrado em administração pela Universidade Federal da Bahia, a graduação em administração de empresas pela Universidade de Caxias do Sul e o estágio pós-doutoral junto ao Centro Interdisciplinar de Estudos sobre el Desarrollo de La Universidad de los Andes (Cider/Uniandes) (2023). Integra a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), a International Society for Third-Sector Research (ISTR) e a Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP). É membro do Conselho Consultivo de Especialistas em Engajamento Cidadão do Banco Mundial (WB/EAC), do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o 6o Plano Nacional de Governo Aberto. Atua junto a organizações, redes e conselhos acadêmicos, governamentais e da sociedade civil. Foi presidente e atualmente é Diretora de Integridade do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM). Participou do grupo coordenador do 1o Plano de Governo Aberto de Santa Catarina. É membro do corpo editorial e parecerista de diversos periódicos nacionais e internacionais. Entre seus temas de interesse, estão: coprodução do bem público, accountability, governo aberto, governança, gestão pública, gestão social, desenvolvimento socioterritorial, organizações da sociedade civil e investimento social privado.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0914196916683483>

Prof. Dr. Rafael Bianchini Glavan

Bacharelado em Administração de Empresas, Especialização em Ensino a Distância, Mestrado em Engenharia de Produção, Doutorado em Engenharia de Produção.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3997831987282015>

Prof. Dr. Ricardo Alves Cavalheiro

Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2019), Pesquisador visitante do Instituto de Gobierno y Políticas Públicas da Universitat Autònoma de Barcelona (2018), Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013), Especialista em Gestão da Previdência Complementar pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (2011), Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009), Advogado (OAB/SC 30.207). Atualmente, é Professor titular do Departamento de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG). Atua nas áreas de Administração, Inovações Democráticas e Políticas Públicas.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6021776523167906>

Prof. Dr. Thiago José de Chaves

Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG) linha de pesquisa em administração pública e sociedade, também é mestre em Administração pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) - São Paulo (2014) - linha de pesquisa em gestão internacional. É graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado de Santa Catarina - ESAG (2011) e em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Foi também Aluno estrangeiro por 1 semestre na École Supérieure de Commerce Amiens Picardie - (Grande Escola de Administração) - França (2011). Leciona, desde 2013, em cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, onde foi contratado pelas seguintes instituições: Faculdades Energia (2013-2015); Universidade Federal de Santa Catarina (Departamento de Ciências da Administração) (2015-2016); Faculdade Católica de Santa Catarina (2014-2021); Faculdades Unidas do Norte Minas (FUNORTE) (2016); Universidade do Estado de Santa Catarina (Escola Superior de Administração e Gerência) (2021-2023). É também integrante do Grupo de Pesquisa Callipolis - Política Pública e Desenvolvimento da UDESC/ESAG. Atua principalmente nas seguintes áreas de pesquisas: Administração pública, turismo, políticas públicas, multinacionais, ASG (Ambiental; Social e Governança). Como experiência profissional já foi consultor credenciado ao SEBRAE/SC na área de Recursos Humanos, Empreendedorismo, Responsabilidade Social e



Inovação. Na esfera pública já exerceu os seguintes cargos: Presidente do Conselho Estadual do Trabalho e Emprego do Estado de Santa Catarina (CETE-SC); Diretor do Trabalho, Emprego e Renda do Governo do Estado de SC; Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Florianópolis. Atualmente, é servidor da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina, no qual exerce o cargo de Administrador do Departamento de Comercialização e Gestão de Energia, além de membro efetivo do Comitê Gestor de Inovação da CELESC.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9748749578267700>

Prof. Esp. Vitor Santos Corrêa

Formado em Ciências Contábeis, com MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, cursando MBA em Gestão de Projetos. Possui Certificação Project Management Professional (PMP)®. Servidor efetivo da Secretaria de Estado da Fazenda no cargo de Auditor Estadual de Finanças Públicas, desde 2009. Atualmente, ocupa o cargo em comissão de Coordenador Geral do Escritório de Gestão de Projetos de Santa Catarina. Experiência na área de gestão de projetos desde 2013, exercendo a função de Gestor de Projetos e a partir de 2019 na coordenação do EPROJ.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9252838170646681>

5.6 - Coordenação Técnica do Curso

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública é coordenado por **Leonardo Secchi**, professor do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/Udesc). Tem graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão (Itália), com períodos sanduíche na Harvard University (EUA) e na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). Também possui dois pós-doutorados: em Políticas Públicas, pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), e em Administração Pública, pela Universidade de Lisboa (Portugal). Pesquisa e atua nas áreas de políticas públicas, reformas administrativas e sustentabilidade. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU).

5.7 - Coordenação Pedagógica do Curso

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública terá como coordenadora pedagógica **Ana Paula Netto Carneiro** que possui graduação e licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UDESC.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) atuou nos Cursos de Pós-Graduação nas funções de orientador (tutor) de Cursos de Pós-Graduação a distância



(Especialização em Design Instrucional, Especialização em Educação a Distância e Especialização em Educação Ambiental) e Coordenador de Cursos de Pós-Graduação a Distância (Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação). Atuou por seis anos na função de Design Instrucional de Cursos e na função de Coordenação da Equipe de Designers Instrucionais acompanhando a seleção dos profissionais e o trabalho da equipe de design instrucionais e web designer. Durante as atividades no SENAC participou de diversos projetos distintos de EAD: implantação dos 20% nos cursos de graduação, a implantação dos cursos de especialização, a implantação dos cursos livres e cursos *in company*.

Na Universalidade do estado de Santa Catarina (UDESC) foi professora substituta do Curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância (CEAD) por oito anos, atuando nas disciplinas de Fundamentos da Educação a Distância, Metodologia da Educação Científica, CME Ciências, CME Ciências II e Educação de Jovens e Adultos. Atuou, por seis anos, na função de Coordenação da Equipe de Tutores presenciais e a distância da UAB/CEAD/UDESC. Atuou na UDESC, na função de Design Instrucional na ESAG/IDESC, acompanhando os cursos de Graduação em Administração Pública e Especialização em Gestão Municipal e fez parte da equipe do Multi.Lab.EaD - Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Produção de Material Didático para EaD/CEAD/UDESC.

Possui publicações na área de Educação a Distância com foco em mediação, tutoria e design instrucional. Tenho experiência em orientação de TCCs na área de Educação a Distância e Educação Ambiental. Experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Biologia Evolutiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Evolução Biológica, design educacional, formação de professores, educação ambiental, educação a distância, gerenciamento e edição do Moodle, educação, educação de jovens e adultos (EJA). Atuou como professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Coordenadora de Núcleo de EJA na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atuou na Fundação de Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) no período de 06/08/2019 a 12/10/2020 e na Gerência de Eventos em Ciência, Tecnologia e Inovação e Bolsas no período de 13/10/2020 a 31/12/2022.

6 METODOLOGIA

Considerando que a Fundação ENA tem como finalidade a formação continuada de servidores públicos, numa perspectiva de desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e



efetividade da administração pública, as estratégias e metodologias de ensino precisam ser coerentes com estes aspectos.

Neste sentido, as estratégias de ensino que os professores irão utilizar em aula se basearão em trabalhos colaborativos entre os alunos, utilização de recursos audiovisuais e digitais, estudos de casos e, principalmente, o estudo de problemas reais concretos para encontrar soluções (*problem based learning*).

7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A estrutura curricular será agrupada por disciplinas afins, na modalidade presencial com apoio on-line, e poderá ser complementada com a participação em seminários, discussões em grupos, trabalhos em grupo, trabalhos escritos e textos produzidos a partir dos conteúdos desenvolvidos.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A aprendizagem e o desempenho dos estudantes serão avaliados por meio de provas e ou trabalhos de acordo com a programação do professor responsável pela disciplina.

A cada disciplina cursada deverá corresponder uma avaliação de desempenho, que será realizada por meio de provas, trabalhos, resolução de estudos de caso, projetos, atividades práticas, devendo levar em conta o interesse, a participação e a frequência do aluno.

Além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a cada disciplina, o aluno será aprovado se obtiver nota igual ou superior a sete, obedecidos os seguintes critérios:

Tabela de equivalência de notas numéricas/conceitos:

- A** - Excelente, com direito a créditos (nota 9,0 a 10,0)
- B** - Muito Bom, com direito a créditos (nota 8,0 a 8,9)
- C** - Bom, com direito a créditos (nota 7,0 a 7,9)
- D** - Insuficiente, sem direito a créditos (notas 5,0 a 6,9)
- R** - Reprovado, sem direito a créditos (notas zero a 4,9)
- FI** - Frequência Insuficiente



9 CONTROLE DA FREQUÊNCIA

A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para cada disciplina, será controlada por meio de ficha com assinatura, dos alunos e do professor da disciplina.

10 CERTIFICAÇÃO

Título de **Especialista em Administração Pública** a ser emitido pela Fundação ENA aos participantes Aprovados.

11 REGIMENTO INTERNO

Os alunos e docentes deverão observar as diretrizes do Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da Fundação ENA.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENHARDT, Robert B., CATLAW, Thomas J. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage, 2016.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. In: LERNER, Daniel & Harold D. LASSWELL. The policy sciences: recent developments in scope and method. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951. p. 3-15.

SBAP. Sociedade Brasileira de Administração Pública. XI Encontro Brasileiro de Administração Pública: Normas de submissão. Disponível em: <https://proceedings.science/cfp/ebap-2024?lang=pt-br>, acesso em 26 de janeiro de 2024.

SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.